



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Aos 14 dias do mês de Abril do ano de 2025, às 09h05, o comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 7ª reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e também Coordenador do CGE, que presidiu a reunião, Ministro do Trabalho e Emprego, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho, Chefe de Gabinete do Ministro, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Secretário Executivo Adjunto, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Secretário de Inspeção do trabalho, Diretora de Programas da Secretaria Executiva, Diretor do Departamento de Gestão de Fundos, Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Diretor do Departamento de Projetos da Secretaria de Nacional de Economia Popular e Solidária, Presidente da FUNDACENTRO (on-line), Consultor Jurídico (on-line), Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Diretor de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva, Ouvidor, Corregedor, Subsecretário de Análise Técnica da Secretaria Executiva (substituto), Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social(substituta), Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento(substituto), Chefe de Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Assessora Especial do Ministro, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação (substituta), Assessora Especial do Gabinete do Ministro, Coordenador-Geral da CG das Unidades Descentralizadas, Chefe de gabinete da Secretaria de Economia Solidaria, Assessora Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento, Diretor do Departamento de Gestão e Fundos, Superintendências (on-line - ouvintes).

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e abriu os trabalhos passando a palavra ao Secretário-Executivo, que iniciou a sua fala abordando o corte orçamentário, reforçando que nenhuma Secretaria tem orçamento e a consequente necessidade de um esforço coletivo, visando a revisão orçamentária de todas as Secretarias, no sentido de realocar orçamento para a manutenção de algumas atividades essenciais, destacando que o fechamento de gerências e agências pelo país tem levado a um grande desgaste do Ministério. Diante da necessidade de manter os investimentos iniciados e, consequentemente a limitação em iniciar novas atividades, pontuou sobre a necessidade de que, ainda essa semana, cada Secretaria revise as metas incluídas no PPA. Destacou que algumas entregas serão finalizadas no primeiro semestre e que o segundo semestre será mais voltado para a gestão e atividades administrativas. Por fim, dirigiu-se aos Superintendentes, afirmando que a realocação das Secretarias e do Gabinete da Secretaria Executiva tem como prioridade do Senhor Ministro a recomposição do orçamento das superintendências para viabilizar a atividade, não fechando nenhuma agência e incluindo a expectativa de reabrir agências fechadas, ainda que com a colaboração de outros entes federativos.

Em seguida, o Coordenador do CGE, senhor Cláudio Py antecipou a pauta a pedido, e passou a palavra ao Diretor de Tecnologia da Informação, senhor Heber Fialho, que discorreu sobre a plataforma de atendimento ao cidadão, apontando os desafios no atendimento ao cidadão, o objetivo da criação da plataforma, como sistema digital e unificado do MTE, destacando suas principais características, como a centralização dos canais de atendimento, a integração com sistemas internos e externos, dentre outras. Destacou ainda, o intuito de simplificar os serviços oferecidos aos cidadãos, como o registro profissional, e a

melhora na capacidade de mensuração de força de trabalho por parte das superintendências, possibilitando a distribuição de demandas, até mesmo de uma unidade da federação para outra. Pontuou também, dentre outras informações, sobre a possibilidade de desenvolvimento de novos serviços dentro da plataforma, sem a necessidade de novas contratações de projetos de software e desenvolvimento, possibilitando que um servidor não especialista em tecnologia realize esse trabalho por meio da plataforma. A seguir, Heber apresentou dados e informações sobre o funcionamento da plataforma, passando a palavra ao senhor Jadson Maisk de Paiva (on-line), que complementou as informações fornecendo dados sobre a transformação digital por meio da Plataforma Unificada de Atendimento - UNA. Na sequência, o Coordenador-Geral da CG das Unidades Descentralizadas, senhor Antonio Fontoura, tomou a palavra para finalizar as informações sobre a plataforma e agradecer ao senhor Secretário-Executivo e à atual gestão por possibilitar a concretização da otimização das atividades por meio da plataforma.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra ao Chefe de Gabinete do Ministro, senhor André Segantin, que iniciou a sua participação apresentando os detalhes da programação para a comemoração do dia do trabalhador, que se dará entre os dias 5 e 9 de maio, no estacionamento entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde, com diversos serviços de unidades móveis, bem como em alguns setores do Ministério. A programação inclui também a colaboração do Senac, Sesc, CNI, Fecomércio, Sebrae, Senar, Ministério da Cultura e outros. Enfatizou a importância do revezamento de equipes possibilitando a participação dos colegas, sobretudo dos terceirizados. Na sequência, passou a palavra à Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, senhora Máira Lacerda, que iniciou a sua fala relatando sobre o início dos trabalhos do grupo de trabalho do BRICS em fevereiro, e apresentando 2 temas principais, definidos pelo ministro: Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas do G20 e o Impacto da inteligência artificial na vida do trabalhador. Relatou satisfação com a qualidade das intervenções, especialmente dos países novos, e o recebimento de muitos pedidos de cooperação para saber quais são as políticas brasileiras de sucesso nessas áreas. Destacou a colaboração da equipe da Paula Montagner, que está trabalhando com uma rede de pesquisadores na área de inteligência artificial, bem como a colaboração da equipe da Fundacentro para fazer algumas apresentações que estão sendo finalizadas. Por fim, Máira informou que todas as reuniões do grupo de trabalho, por uma questão de economia de custos, foram virtuais e que haverá uma reunião presencial no Serpro nos dias 22 e 23 de abril e a reunião ministerial, no Palácio do Itamaraty, na sala Santiago Dantas, no dia 25 de abril.

Em sequência, a palavra foi passada ao Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, senhor André Luiz Gradizoli, que em uma breve abordagem em relação à segunda Conferência Nacional do Trabalho, relatou sua previsão no plano plurianual 2024-2027 do Governo Federal, com um projeto do Ministério do Trabalho dentro do programa "Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda", que está vinculado ao objetivo "Democratizar e reestruturar as relações de trabalho" e deve ser realizado em 2025. Contextualizou o histórico, informando que já existiu a primeira Conferência Nacional do Trabalho, realizada em 2012 com aproximadamente a participação de 20.000 pessoas, cerca de 200 conferências municipais ou regionais foram realizadas à época, 25 conferências estaduais e uma distrital. A segunda Conferência Nacional do Trabalho deve ser realizada no segundo semestre de 2025, com objetivos de "estabelecer propostas e recomendações ao poder público sobre diretrizes políticas, legislação, normas e ações relacionadas às políticas públicas de emprego, trabalho e renda, de forma a subsidiar a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego e demais atores públicos do mundo do trabalho e garantir a promoção do trabalho decente", o grupo de trabalho atualmente está em atividade analisando o projeto de metodologia elaborado pela OIT. Destacou também, dentre outras informações, sobre a divisão em dois eixos temáticos: Transformações do mundo do trabalho diante das transições tecnológicas, digital, ambiental e demográfica, e Políticas públicas para a promoção do emprego e trabalho decente e da transição justa. No que se refere à convocação e governança, informou que caberá às superintendências regionais do MTE convocar e coordenar as etapas estaduais e distrital, e à Comissão Organizadora Nacional aprovar o temário, o documento base, o regimento interno e demais aspectos organizativos da segunda Conferência Nacional do Trabalho, respeitando as normas do tripartismo, com o apoio e suporte técnico do escritório Brasil, da Organização Internacional do Trabalho, na organização e apoio em todas as etapas. Por fim, apontou que estão pendentes questões relacionadas ao financiamento, frente às dificuldades orçamentárias já relatadas, ao retardamento da votação do orçamento da União, e à concentração dos recursos e esforços governamentais para a realização da COP30, que podem impactar no cronograma proposto e no que foi idealizado, e ressaltou que a Conferência não é restrita a uma Secretaria e

abrange todo o Ministério.

Em prosseguimento, o senhor Cláudio Py passou a palavra ao Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Executiva, senhor Rogério, que apresentou o Plano de Logística Sustentável do MTE, que é um instrumento de caráter obrigatório e segue a previsão da lei 14.133/2021 por meio de mecanismos que tragam sustentabilidade do ponto de vista ambiental, bem como do ponto de vista econômico e social, conforme as diretrizes constitucionais. Destacou que o Plano ajuda na Gestão dos estoques das compras compartilhadas, nas competências técnicas dos gestores e fiscais de contrato, na interação com o mercado e nos controles de riscos relacionados à sustentabilidade. No ensejo, divulgou o documento com as Diretrizes Estratégicas das Contratações e da Logística do MTE, informando que será disponibilizado na intranet. A fala foi complementada pelo Secretário-Executivo, ao destacar a questão do descarte, inclusive para os arquivos, conforme tabela de temporalidade, bem como a atenção ao compromisso social de ampliar a contratação em relação ao atendimento das cotas de pessoas com deficiência, de aprendizagem, de egressos do sistema prisional, mulheres e negros, e também complementada pelo Ministro do Trabalho e Emprego, senhor Luiz Marinho, sobre a inclusão das superintendências nesse compromisso. Retomando a palavra, Rogério finalizou pontuando o plano de metas, ressaltando dentre elas a notificação de todos os fiscais de contrato, para que eles possam fazer rotinas periódicas de verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade previstos nos contratos, campanhas de redução de energia elétrica, do consumo de água, campanhas de redução de papel, de descartáveis, coleta seletiva.

Adiante, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, a senhora Coslita Oliveira, que iniciou sua fala informando que a revisão do PPA já teve início no dia 9, o que ocasionou a antecipação da reunião que tratou sobre essa revisão, e com o início dos trabalhos foram encaminhadas planilhas para todas as unidades para finalizar na semana seguinte. Seguiu apresentando o Relatório de Gestão, destacando que foi um trabalho de todo o Ministério, envolvendo tanto as áreas finalísticas como as outras áreas de suporte, iniciado com a mensagem do Ministro, diagramado, consolidado e com a revisão textual feita pela Codin. Informou que conforme acompanhamento do resultado do PPA e do monitoramento que foi feito pelo Ministério, o ano de 2024 ficou em um bom patamar. Por fim, agradeceu a parceria de todos os pontos focais, de todos os secretários, de todos os diretores que auxiliaram no trabalho. Em seguida, o Secretário-Executivo pontuou uma mudança na metodologia de elaboração do referido relatório de gestão, no intuito de adiantar os trabalhos com o objetivo de não apenas cumprir o dever legal, mas também de apresentar para a sociedade o que tem sido realizado pelo Ministério, já no início do ano. Na sequência, a senhora Coslita deu prosseguimento à pauta, falando sobre o planejamento estratégico e os aspectos gerais do PPA: 1- Resultados para a sociedade, 2- Processos finalísticos e 3- Governança, pessoas e recursos. Destacou a previsão legal para fazer alteração no plano estratégico por meio de deliberação do CGE, apresentando as seguintes propostas: 1ª proposta - Revisão do planejamento estratégico, estabelecida pela portaria 290, de 8/3/2024, que foi aprovada por unanimidade, conforme apresentada; 2ª proposta - Monitoramento semestral do planejamento estratégico, que foi aprovada por unanimidade, com as observações apontadas pelo Coordenador do CGE, senhor Cláudio Py, que pontuou a importância de um acompanhamento progressivo do relatório por meio do sistema de governança, não apenas semestral. Em seguida, o Secretário-Executivo ressaltou que no Planejamento e no PPA deverão ser incluídas as consolidações das políticas que apareceram depois do planejamento e já iniciaram sua execução, para que as respectivas áreas façam esse mapeamento e que aconteça a revisão do PPA. Na sequência, o Ministro do Trabalho e Emprego, senhor Luiz Marinho, recebeu a palavra, cumprimentando aos presentes, pontuou sobre a importância de um monitoramento permanente visando facilitar os trabalhos de produção dos relatórios, e agradeceu a participação de todos diante dos desafios futuros em razão da redução do orçamento.

Em prosseguimento, o senhor Cláudio Py passou a palavra ao Ouvidor, o senhor Paulo Marcello Fonseca Marques, que deu início à sua fala abordando a elaboração do Plano de dados abertos- PDA, que deverá ser aprovado até o próximo mês de julho, para o biênio 2025/2027. Pontuou também a nova proposta a ser apresentada ao Comitê de governança de dados e sistemas de informação, que é a atendente virtual, por meio de negociação de uma ferramenta do Ministério do Transporte, via acordo de transferência da solução tecnológica. Retomando então a palavra, o senhor Cláudio afirmou que a reunião com o Comitê para tratar dessas questões será marcada.

Na sequência, dando prosseguimento à pauta, o senhor Cláudio pontuou 3 temas a serem apresentados por ele, relacionados à Assessoria Especial de Controle Interno: Supervisão Ministerial, Programa de Integridade e Gerenciamento de Riscos. Com uma breve interrupção do Secretário-Executivo, que precisou se retirar, mas antes destacou a necessidade de uma reunião específica com os secretários para tratar do Programa de Gestão e Desempenho. Em continuidade, o Chefe da AECI, deu seguimento a apresentação do painel de supervisão, com panorama de controle das demandas do TCU e da CGU junto ao MTE, bem como sobre a Prestação de contas de 2024 do Ministério e entrega do Relatório de Gestão. Apresentou ainda dados relacionados ao Monitoramento de Riscos à Integridade 2025, e destacou que o sistema Agir já está disponível para ser utilizado no Gerenciamento de Riscos, que considerou os 78 processos contidos na cadeia de valor, o Planejamento Estratégico e o PPA, pontuando que dos 29 processos de trabalho finalísticos, 20 foram selecionados como obrigatórios para o monitoramento do CGE, por estarem alinhados com o Planejamento Estratégico e o PPA. Sobre o monitoramento na área de Governança, apresentou 1 processo de trabalho, e na área de Suporte 5 processos de trabalho, destacando que tratam-se de 7 processos de trabalho obrigatórios da SEMP, 3 da SENAES, 3 da DTI, 3 da SPT, 4 da SIT, 1 da SRT e 5 da SEET, e que é possível a realização do gerenciamento de todos os processos, inclusive os não obrigatórios, esclarecendo que os 26 processos obrigatórios terão monitoramento do CGE e prazo para a implementação. Finalizou, explanando sobre os detalhes de utilização do sistema Agir, a ser operacionalizado pelas equipes com o auxílio da AECI, ressaltando que uma das medidas de mitigação de riscos comum às áreas possivelmente será a questão do contingenciamento orçamentário.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra ao Diretor de Gestão de Pessoas, o senhor Jobson Sales, que iniciou sua participação apresentando os detalhes do Clube de Benefícios - MTE, que foi uma iniciativa da Secretaria Executiva, realizado por meio de chamamento público onde 2 instituições atenderam aos critérios de capilaridade nacional e de aceitação da adesão de pessoas que não se limitassem aos servidores, como os terceirizados, contratados e estagiários. Destacou que não se trata de um contrato, e que não houve a utilização de orçamento ministerial, pontuou dentre os benefícios oferecidos pelo Clube o plano de saúde, plano odontológico, a utilização de academias, descontos em creche, descontos em farmácias e outros procedimentos de consumo como alguns supermercados, dentre outros. Em continuidade, abordou o processo de aperfeiçoamento do Programa de Gestão e Desempenho, contando com o auxílio da AECI, por meio da análise de experiências externas para o aperfeiçoamento de alguns pontos. Por fim, pontuou que houve uma pesquisa de Clima organizacional, feita pela casa civil, que passou pelos ministérios e que o MTE vai complementar esse trabalho com aspectos mais internos, mais comuns à instituição, como por exemplo, questões de renda, de sexo, de gênero entre outros, e que na oportunidade dos eventos da Semana do Trabalhador haverá um espaço para a realização da pesquisa.

Finalizando a reunião, o senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, agradeceu a presença de todos, perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, na oportunidade, a senhora Coslita informou que o Painel do PPA está disponível na intranet, retomando a palavra, o Senhor Cláudio encerrou a reunião às 11h09. E, eu, Débora Talita Pereira de Almeida, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 29/04/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Trindade Veloso Fulcar, Chefe de Gabinete**, em 29/04/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Xavier Rocha, Diretor(a)**, em 29/04/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivonete Pereira Motta, Assessor(a) Especial**, em 29/04/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Grandizoli, Diretor(a)**, em 29/04/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Eduardo Medeiros Aquino, Secretário de Qualificação, Emprego e Renda substituto(a)**, em 29/04/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS DA SILVA, Chefe de Assessoria Especial**, em 29/04/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Brandao de Mello, Secretário(a) de Inspeção do Trabalho**, em 29/04/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mendes Monteiro, Corregedor(a)**, em 29/04/2025, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Marinho, Ministro(a) de Estado do Trabalho e Emprego**, em 29/04/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LUIZA FONSECA DO VALLE, Assessor(a) Especial**, em 29/04/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jobson de Paiva Sales, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 29/04/2025, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO DE DEUS DEL CASTRO, Assessor(a)**, em 30/04/2025, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Segantin Luiz, Chefe de Gabinete**, em 30/04/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CRISPIM SENA BARROS, Chefe de Assessoria Especial**, em 30/04/2025, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANATALINA LOURENÇO DA SILVA, Chefe de Assessoria Especial**, em 30/04/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Godoy, Diretor(a)**, em 30/04/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leif Raoni de Alencar Naas, Subsecretário(a) de Análise Técnica substituto (a)**, em 30/04/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Fialho Maia Junior, Diretor(a)**, em 30/04/2025, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 30/04/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO AUGUSTO PANQUESTOR NOGUEIRA, Consultor(a) Jurídico(a)**, em 30/04/2025, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Vasconcelos Nakamura, Diretor(a) de Programa**, em 30/04/2025, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Pereira Silva, Diretor(a)**, em 05/05/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **COSLITA OLIVEIRA DO NASCIMENTO DE SOUZA ALVES, Coordenador(a)-Geral**, em 06/05/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anaterra Oliveira da Silva, Chefe de Serviço Substituto(a)**, em 04/06/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=5168563&crc=1E2297CE, informando o código verificador **5168563** e o código CRC **1E2297CE**.